



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO NORTE
PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIO DE DIREITO**

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

1. O CARTÃO DE RESPOSTAS deve ser assinado pelo candidato e o TIPO DE PROVA deve ser indicado, sob pena de prejuízo irreparável ao seu resultado neste processo seletivo.
2. Quando autorizado pelo fiscal da sala, confira se o caderno contém: 40 questões de múltipla escolha, com quatro opções cada: a, b, c e d; 1 questão discursiva, com espaço para o rascunho na prova.
3. Antes de iniciar a prova, confira o caderno. Caso esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição. Reclamações posteriores não serão aceitas.
4. Preencha com atenção e letra legível o campo de identificação contido na parte inferior desta página.
5. Não será permitida consulta a qualquer tipo de texto, nem empréstimo ou comunicação entre os candidatos durante a realização das provas.
6. A duração da prova é de 3 (três) horas, não prorrogável, incluído o tempo destinado à identificação e ao preenchimento das respostas.
7. Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
8. Ao terminar a prova, chame o fiscal da sala e entregue o caderno de provas e as folhas de respostas das provas objetiva e discursiva.
9. Por motivo de segurança, somente durante os 60 (sessenta) minutos que antecederem o término da prova, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS.
10. O não atendimento a qualquer uma das determinações constantes do caderno de prova ou orientações passadas durante o exame poderá implicar na eliminação do candidato.
11. A divulgação do gabarito e a abertura dos prazos para interposição de recursos serão realizados pelo site <http://www.mpf.mp.br/rn/estagie-conosco/concursos-de-estagio/2022>

BOA PROVA!

CPF

INSTITUIÇÃO DE ENSINO

NOME

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. De acordo com a clássica classificação de José Afonso da Silva sobre a aplicabilidade das normas constitucionais, analise as assertivas a seguir:

I) São consideradas normas constitucionais de eficácia plena aquelas que, desde a entrada em vigor da constituição, produzem, ou têm a possibilidade de produzir, todos os efeitos essenciais, relativamente aos interesses, comportamentos e situações, que o legislador constituinte, direta e normativamente, quis regular.

II) A previsão do art. 5º, inciso XIII da Constituição Federal que prevê ser *“livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer”*, é considerada como exemplo de norma constitucional de eficácia limitada, uma vez que seus efeitos podem ser restringidos pela legislação infraconstitucional.

III) As normas constitucionais de eficácia limitada de princípios programáticos são aquelas através das quais o constituinte, em vez de regular, direta e imediatamente, determinados

interesses, limitou-se a traçar-lhes os princípios para serem cumpridos pelos seus órgãos (legislativos, executivos, jurisdicionais e administrativos), como programas das respectivas atividades, visando à realização dos fins sociais do Estado.

IV) As normas constitucionais de eficácia limitada de princípio institutivo são aquelas que traçam as diretrizes ou princípios estruturais de instituições, órgãos ou entidades, permitindo que o legislador ordinário os estructure, motivo pelo qual dependem da lei para que produzam a integralidade dos seus efeitos.

Estão **CORRETAS** as afirmações constantes dos itens:

a) I, II e III.

b) I, III e IV

c) I, II e IV

d) II, III e IV

2. Sobre os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 e o entendimento do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa **CORRETA**:

a) Segundo o STF, os direitos constitucionais de reunião e de livre expressão do pensamento não garantem

a realização das chamadas “marchas da maconha”, que reúnem manifestantes favoráveis à descriminalização da droga, uma vez que referidos direitos não se prestam à apologia de fato criminoso.

- b) É entendimento do STF que os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal são garantidos não só aos brasileiros, mas também aos estrangeiros residentes e não residentes no País.
- c) Os direitos relativos à proteção da honra, da imagem, da privacidade e da personalidade em geral prevalecem em face dos direitos de liberdade de expressão e de informação, motivo pelo qual foi admitido pelo STF o chamado “direito ao esquecimento” no ordenamento jurídico brasileiro.
- d) A invocação por candidato da escusa de consciência por motivo de crença religiosa não pode, em qualquer hipótese, autorizar a realização de etapas de concurso público em datas e horários distintos dos previstos em edital, mesmo que não gere ônus desproporcional à Administração Pública, uma vez que, conforme entendimento do STF, tal procedimento caracteriza violação ao princípio da

isonomia entre os candidatos.

3. Analise a seguinte situação hipotética: *Pedro é brasileiro nato e deixou o país em 1992 para morar e trabalhar em uma empresa privada na Bolívia. Ali, conheceu a boliviana Mirella e com ela teve um filho chamado Miguel, nascido na Bolívia mas que, aos 28 anos de idade, resolveu vir residir no Brasil em busca de novas oportunidades de trabalho. Ao chegar no Brasil, sua primeira providência foi buscar obter a nacionalidade brasileira.*

Tendo por base o contexto acima descrito, assinale a alternativa **CORRETA** quanto às disposições constitucionais sobre Nacionalidade.

- a) Miguel não poderá obter a nacionalidade brasileira com fundamento no *jus sanguinis*, pois, quando nasceu, nenhum dos seus pais não estava a serviço da República Federativa do Brasil.
- b) Miguel poderá obter a nacionalidade brasileira com fundamento no *jus sanguinis*, porém não será considerado brasileiro nato pois, quando nasceu, nenhum dos seus pais estava a serviço da República Federativa do Brasil.
- c) Miguel poderá obter a nacionalidade brasileira com fundamento no *jus*

sanguinis, porém não será considerado brasileiro nato pois esta só é garantida aos que venham residir no Brasil antes da maioria e, alcançada esta, optem pela nacionalidade brasileira.

- d) Miguel poderá obter a nacionalidade brasileira com fundamento no *jus sanguinis* e será considerado brasileiro nato, ainda que já passados dez anos desde sua maioria e nenhum de seus pais estivesse a serviço da República Federativa do Brasil.

4. A respeito do controle de constitucionalidade no ordenamento jurídico Brasileiro, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) As normas constitucionais originárias, assim entendidas como aquelas que integram o texto constitucional desde que ele foi promulgado, gozam de presunção absoluta de constitucionalidade, razão pela qual não podem ser declaradas inconstitucionais.
- b) Ao contrário do que ocorre com o veto jurídico (art. 66, §2º da CF), a declaração da inconstitucionalidade parcial pelo Poder Judiciário pode recair sobre fração de artigo, parágrafo, inciso ou alínea.
- c) A cláusula de reserva de plenário,

também conhecida como regra do *full bench*, não se aplica às decisões colegiadas tomadas pelas turmas recursais dos juizados especiais.

- d) O controle de constitucionalidade pode ser preventivo ou repressivo. O controle preventivo tem por finalidade evitar a produção de uma norma inconstitucional e é exercido apenas pelos Poderes Legislativo, por meio das Comissões de Constituição e Justiça das casas legislativas, e Executivo, por meio do veto jurídico. O controle repressivo, por sua vez, dá-se após a edição da norma e, por esta razão, é exercido apenas pelo Poder Judiciário.

5. Sobre o processo legislativo e as espécies normativas, analise as assertivas a seguir:

- I) Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado, o sistema republicano de Governo, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais.
- II) Segundo o STF, inexistente relação hierárquica entre lei complementar e lei ordinária, tratando-se de questão exclusivamente constitucional relacionada à distribuição material

entre as espécies legais.

III) É vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.

IV) A emenda à Constituição será promulgada pelo Presidente da República, com o respectivo número de ordem, após a proposta ter sido discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

Estão **CORRETAS** as afirmações constantes dos itens:

- a) I, II e III.
- b) II e III
- c) I, II e IV
- d) III e IV

6. Sobre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, suas formações e funções, assinale a alternativa **INCORRETA**:

a) A regra do “quinto constitucional”, que garante um quinto das vagas de determinados Tribunais brasileiros aos advogados e membros do ministério público, e não por magistrados de carreira, tem aplicabilidade apenas aos

Tribunais de Justiça, Tribunais Regionais Federais, Tribunais Regionais do Trabalho e Tribunal Superior do Trabalho.

b) A sessão legislativa ordinária é o período de atividade normal do Congresso a cada ano, e ocorre de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro.

c) Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente do Senado Federal, o da Câmara dos Deputados e o do Supremo Tribunal Federal.

d) A edição de decretos autônomos pelo chefe do Poder Executivo é admitida pela Constituição Federal somente em duas hipóteses: organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos; ou para extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos.

7. De acordo com as disposições constitucionais relativas ao Ministério Público, assinale a alternativa **INCORRETA**:

a) São princípios institucionais do

Ministério Público a unidade, a indivisibilidade, a inamovibilidade e a independência funcional.

- b) O Ministério Público da União compreende o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
- c) O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.
- d) Compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros

DIREITO PENAL

8. “Cotovelos”, policial inglês em viagem de turismo ao Brasil, após altercação com uma passageira (empresária) conhecida como “Senhora Passada”, de nacionalidade argentina, cometeu contra

ela crime de homicídio no interior de uma aeronave privada estrangeira de nacionalidade chilena, estacionada para abastecimento aqui no Brasil no Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos - Governador “André Franco Montoro”. Com base apenas nos dados fornecidos, segundo o Código Penal pátrio, afigura-se CORRETO afirmar que:

- a) “Cotovelos” praticou o crime no território brasileiro, estando submetido à jurisdição do Brasil.
- b) “Cotovelos” praticou o crime no território estrangeiro, estando submetido à jurisdição da Argentina.
- c) “Cotovelos” praticou o crime no território estrangeiro, estando submetido à jurisdição da Inglaterra.
- d) “Cotovelos” praticou o crime no território estrangeiro, estando submetido à jurisdição do Chile.

9. Com relação à aplicação da lei penal, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) quanto ao tempo do crime, o Código Penal adotou a teoria da atividade (CP, art. 4.º), ou seja, considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.
- b) a lei posterior, que de qualquer modo

favoreça o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

c) ocorre a *abolitio criminis* quando a lei nova deixa de considerar determinado fato como crime, ocasionando a extinção da punibilidade dos fatos ocorridos anteriormente à edição da lei nova.

d) ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes cometidos por estrangeiro contra Ministros do Supremo Tribunal Federal.

10. Assinale a alternativa CORRETA:

a) no direito penal pátrio, a pessoa jurídica pode ser sujeito ativo de crimes ambientais, de lavagem de dinheiro e contra o sistema financeiro nacional.

b) na Lei n.º 9.613/1998 (Lavagem de Dinheiro), pode ser considerada infração penal antecedente toda e qualquer infração penal, incluindo-se as contravenções penais.

c) na contagem de prazo penal, o dia do começo não se inclui no cômputo do prazo.

d) ocorre concurso formal de crimes quando o agente, mediante mais de

uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não.

11. Com pertinência às afirmações abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

I) segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), considera-se crime oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, distribuir, publicar ou divulgar por qualquer meio, inclusive por meio de sistema de informática ou telemático, fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente.

II) segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), desde que não haja compartilhamento com terceiro, não configura crime a simples conduta de adquirir, possuir ou armazenar, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente.

III) nos crimes ambientais de menor potencial ofensivo, a proposta de aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multa, prevista no art. 76 da Lei n.º 9.099, de 26 de setembro de 1995 (Juizados Especiais Criminais), somente poderá ser

formulada desde que tenha havido a prévia composição do dano ambiental, de que trata o art. 74 da mesma lei, salvo em caso de comprovada impossibilidade.

IV) nas infrações penais previstas na Lei dos Crimes Ambientais (Lei n.º 9.605/1998), a ação penal é pública incondicionada.

- a) somente II e IV estão corretas.
- b) somente III e IV estão corretas.
- c) somente I, II e III estão corretas.
- d) somente I, III, e IV estão corretas.

12. Segundo a jurisprudência predominante do Superior Tribunal de Justiça, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) o crime de fraude à licitação é formal, e sua consumação prescinde da comprovação do prejuízo ou da obtenção de vantagem.
- b) não fere o contraditório e o devido processo legal decisão que, sem ouvida prévia da defesa, determine transferência ou permanência de custodiado em estabelecimento penitenciário federal.
- c) o indulto extingue os efeitos primários da condenação (pretensão executória), atingindo também os efeitos secundários, penais ou extrapenais.
- d) a incidência da atenuante da

confissão espontânea no crime de tráfico ilícito de entorpecentes exige o reconhecimento da traficância pelo acusado, não bastando a mera admissão da posse ou propriedade para uso próprio.

13. Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) no crime de peculato culposo, a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade.
- b) o crime de tráfico de drogas consiste em adquirir, guardar, ter em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.
- c) o crime de falsidade ideológica consiste em falsificar, no todo ou em parte, documento (público ou particular), ou alterar documento (público ou particular) verdadeiro.
- d) O crime de tráfico de influência consiste em patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário.

14. Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) o crime de concussão consiste em retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou

praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.

b) o crime de advocacia administrativa somente pode ser praticado por advogado no exercício da advocacia.

c) o crime de falsidade material consiste em omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

d) A pessoa jurídica constituída ou utilizada, preponderantemente, com o fim de permitir, facilitar ou ocultar a prática de crime ambiental definido na Lei n.º 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais), terá decretada sua liquidação forçada, seu patrimônio será considerado instrumento do crime e como tal perdido em favor do Fundo Penitenciário Nacional.

15. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) consoante a Lei n.º 9.099/95 (juizados especiais), consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos da referida Lei, as contravenções penais e os crimes a que

a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.

b) consoante a Lei n.º 9.099/95 (juizados especiais), cabe suspensão condicional do processo nos crimes em que a pena mínima cominada seja igual ou inferior a 2 (dois) anos.

c) consoante a Lei n.º 9.099/95 (juizados especiais), a suspensão condicional do processo será revogada se, no curso do prazo, o beneficiário vier a ser processado por outro crime ou não efetuar, sem motivo justificado, a reparação do dano.

d) consoante a Lei n.º 9.099/95 (juizados especiais), a suspensão condicional do processo não será oferecida se o acusado estiver sendo processado ou tiver sido condenado por outro crime.

PROCESSO PENAL

16. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) a lei processual penal aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.

b) consoante o princípio da legalidade estrita, a lei processual penal não admitirá interpretação extensiva, nem

tampouco aplicação analógica, salvo se para beneficiar o acusado (analogia *in bonam partem*).

c) consoante a jurisprudência assentada no âmbito do STF, é direito do defensor, no interesse do cliente/representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.

d) consoante a jurisprudência assentada no âmbito do STJ, a propositura de ação penal exige tão somente a prova de materialidade e a presença de indícios mínimos de autoria, não sendo exigida a certeza, que, a toda evidência, somente será comprovada ou afastada após a instrução probatória, prevalecendo, na fase de oferecimento da denúncia, o princípio do *in dubio pro societate*.

17. SOBRE O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL (ANPP), Assinale a alternativa CORRETA:

I) a proposta de acordo é cabível, em tese, na hipótese de não ser caso de arquivamento e quando o investigado tenha confessado formal e circunstancialmente a prática de

infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena máxima inferior a 4 (quatro) anos;

II) não se aplica o acordo: (a) se for cabível transação penal de competência dos Juizados Especiais Criminais, nos termos da lei; (b) se o investigado for reincidente ou se houver elementos probatórios que indiquem conduta criminal habitual, reiterada ou profissional, exceto se insignificantes as infrações penais pretéritas; (c) ter sido o agente beneficiado nos 5 (cinco) anos anteriores ao cometimento da infração, em acordo de não persecução penal, transação penal ou suspensão condicional do processo; (d) nos crimes praticados no âmbito de violência doméstica ou familiar, ou praticados contra a mulher por razões da condição de sexo feminino, em favor do agressor.

III) consoante a jurisprudência do STJ, a possibilidade de oferecimento do acordo é conferida exclusivamente ao Ministério Público, não constituindo direito subjetivo do investigado e não cabendo ao Poder Judiciário determinar ao *Parquet* que o oferte.

IV) o acordo, cuja natureza é de negócio jurídico pré-processual entre a acusação e o investigado, será

formalizado por escrito e será firmado pelo membro do Ministério Público, pelo investigado e por seu defensor; homologado judicialmente o acordo, o juiz devolverá os autos ao Ministério Público para que inicie sua execução perante o juízo de execução penal.

- a) somente III e IV estão corretas.
- b) somente I, II e III estão corretas.
- c) somente II, III e IV estão corretas.
- d) todas estão corretas.

18. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) o Ministério Público não poderá desistir da ação penal, nem tampouco renunciar ao direito de recorrer.
- b) consoante o CPP, o prazo para oferecimento da denúncia, estando o réu preso, será de 5 dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos do inquérito policial, e de 15 dias, se o réu estiver solto ou afiançado.
- c) a competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.
- d) antes de transitar em julgado a sentença final, as coisas apreendidas não poderão ser restituídas enquanto interessarem ao processo.

19. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) o juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.
- b) considera-se cadeia de custódia o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte.
- c) havendo mais de um acusado, serão interrogados separadamente, o mesmo acontecendo com as testemunhas, que serão inquiridas cada uma isoladamente, de modo que umas não saibam nem ouçam os depoimentos das outras.
- d) havendo desrespeito à norma processual, o ato será declarado nulo, por ofensa ao princípio do devido processo legal, ainda que da nulidade não resulte prejuízo para a acusação ou para a defesa.

20. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) o Ministério Público não poderá desistir de recurso que haja interposto.
- b) caberá recurso de apelação, com efeito suspensivo, da decisão que não receber a denúncia ou a queixa.
- c) caberá carta testemunhável, em regra, da decisão que não receber recurso na fase do juízo de admissibilidade.
- d) da decisão de primeiro grau que conceder ou denegar a ordem de *habeas corpus* cabe recurso em sentido estrito.

21. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) o Ministério Público não poderá requerer a devolução do inquérito policial à autoridade policial, senão para novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.
- b) depois de ordenado o arquivamento do inquérito policial pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia.
- c) nos crimes de ação pública, esta será promovida por denúncia do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei o exigir, de requisição do Ministro da Justiça, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo, sendo a

representação retratável mesmo depois de oferecida a denúncia.

- d) seja qual for o crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município, a ação penal será pública.

22. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) é da competência da Justiça Estadual a persecução penal dos crimes relativos a entorpecentes, salvo se comprovada a transnacionalidade da conduta, quando a competência passa a ser da Justiça Federal.
- b) não é atribuição do Ministério Público Federal a persecução penal de ato infracional cometido por menor imputável, ainda que a infração tenha ocorrido em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas.
- c) o fato de a conduta ter ocorrido por meio da rede mundial de computadores atrai, somente por este motivo, a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal.
- d) não é atribuição do Ministério Público Federal a persecução penal de contravenções penais, ainda que ocorra, com a infração, prejuízo a bem, serviços ou interesse direto e específico

da União, suas entidades autárquicas ou empresas públicas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

23. No que se refere à Teoria Geral do Ato Administrativo, é **INCORRETO** afirmar:

- a) O ato administrativo é nulo quando o motivo se encontrar dissociado da situação de direito ou de fato que determinou ou autorizou a sua realização. A vinculação dos motivos à validade do ato é representada pela teoria dos motivos determinantes.
- b) O que fundamenta a anulação (ou invalidação) do ato administrativo é a inconveniência ou inoportunidade do ato ou da situação gerada por ele.
- c) A Administração Pública pode praticar atos ou celebrar contratos em regime de direito privado, no desempenho normal de suas atividades, abrindo mão, em tais casos, de sua supremacia de poder, não podendo alterá-los, revogá-los ou os rescindir por ato unilateral, sem a concordância do interessado.
- d) O mérito do ato administrativo constitui a valoração dos motivos e na escolha do objeto do ato, caracterizando-se por ser aspecto

pertinente apenas aos atos administrativos praticados no exercício da competência discricionária.

24. Sobre dispensa e inexigibilidade de licitações, assinale a opção **CORRETA**:

- a) Nas hipóteses de inexigibilidade, a licitação é, em tese, possível, mas diante da vontade do legislador, para agilizar algumas situações, torna-se prescindível.
- b) Nas hipóteses de dispensa, a licitação é, em tese, possível, mas diante da vontade do legislador, torna-se prescindível nas situações indicadas.
- c) A dispensa de licitação incide nas hipóteses em que a licitação é inviável, por impossibilidade de competição.
- d) O rol de hipóteses de dispensa de licitação é exemplificativo, na medida em que se trata de norma de exceção à regra legal que obriga o certame como observância do princípio da isonomia.

25. A probidade é um dos deveres impostos aos agentes públicos e está intimamente ligada à ideia de moralidade e honestidade ao servir à Administração Pública. Sobre a responsabilização pela prática de atos de improbidade administrativa, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Os atos de improbidade administrativa

importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

b) São três as categorias de atos de improbidade administrativa: os que causam prejuízo ao erário, os que importam enriquecimento ilícito e os que atentam contra os princípios da administração pública.

c) As ações destinadas a levar a efeito as sanções previstas nessa Lei podem ser propostas até 10 (dez) anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.

d) Não se aplica na ação de improbidade administrativa a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor em caso de revelia.

26. O conjunto de atos normativos e concretos da administração pública com o objetivo de impedir ou paralisar atividades privadas contrárias ao interesse público corresponde ao poder

- a) de polícia
- b) disciplinar
- c) regulatório
- d) de fiscalização

27. Assinale a alternativa CORRETA:

a) É dever da Administração Pública impedir que o servidor público civil se associe sindicalmente.

b) A investidura em cargo público efetivo é acessível apenas aos brasileiros e não depende da prévia aprovação em concurso público.

c) A investidura em cargo público efetivo se dá mediante concurso público, o que não ocorre com a investidura em emprego público, que independe da prévia aprovação em concurso público, isso em razão do regime jurídico ser o da CLT.

d) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

28. No ordenamento jurídico brasileiro, a responsabilidade do poder público fundamenta-se na teoria do risco administrativo, fundada na ideia de solidariedade social, na justa repartição dos ônus decorrentes da prestação dos serviços públicos, exigindo-se a presença

dos seguintes requisitos: dano, conduta administrativa e nexo causal. Sobre a responsabilidade civil do Estado assinale a opção **INCORRETA**:

- a) De acordo com a jurisprudência consolidada do STF, a responsabilidade objetiva do Estado aplica-se a todos os atos do Poder Judiciário.
- b) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.
- c) É assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- d) A responsabilidade civil do Estado pela morte de detento em delegacia, presídio ou cadeia pública é objetiva, pois deve o Estado prestar vigilância e segurança aos presos sob a respectiva custódia.

PROCESSO CIVIL

29. De acordo com o atual Código de Processo Civil, a respeito da jurisdição, assinale a assertiva **CORRETA**:

- a) Aplicam-se de forma integral e no que for compatível as normas do Código de Processo Civil às normas que regulem

processos eleitorais, trabalhistas ou administrativos.

- b) Para que seja válida em território nacional, a decisão proferida por meio de alguma das técnicas alternativas de soluções de conflitos deve ser submetida à homologação judicial, devido ao princípio da inafastabilidade da jurisdição.
- c) Conquanto não abrigue norma expressa quanto à exigência da identidade física do juiz, o princípio correspondente permanece aplicável no sistema atual.
- d) Para postular em juízo, é necessário o interesse de agir, a legitimidade das partes e a possibilidade jurídica do pedido, sob pena de não apreciação do mérito da causa pelo órgão jurisdicional.

30. Assinale a alternativa que contenha o enunciado em conformidade com o Código de Processo Civil vigente:

- a) As partes podem modificar a competência determinada em razão da matéria, do valor e do território, elegendo foro onde será proposta ação oriunda de direitos e obrigações.
- b) É hipótese de modificação da competência para julgamento conjunto quando duas ações possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou

contraditórias caso decididas separadamente, desde que se tratem de ações conexas.

c) A competência do juízo é pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Assim, constitui dever legal do juiz o reconhecimento, de ofício, em qualquer fase processual, da incompetência relativa ou da absoluta e a determinação de se remeterem os autos ao juízo competente.

d) Havendo conexão entre os processos, o juiz poderá determinar a remessa dos autos ao juízo prevento, a fim de evitar decisões conflitantes ou contraditórias, exceto se um deles já tiver sido sentenciado.

31. Em relação à intervenção de terceiros no Código de Processo Civil, considere as seguintes afirmações:

I) Na assistência simples sendo revel ou, de qualquer outro modo, omissos o assistido, o assistente será considerado seu gestor de negócios.

II) Tratando-se de denúncia da lide admite-se uma única denúncia sucessiva, promovida pelo denunciado, contra seu antecessor imediato na cadeia dominial ou quem seja responsável por indenizá-lo, não podendo o denunciado sucessivo

promover nova denúncia.

III) A instauração do incidente de descon sideração da personalidade jurídica é dispensada se o requerimento for apresentado na petição inicial.

IV) A intervenção do amicus curiae determinada pelo juiz de ofício ou a requerimento das partes ou de quem pretenda manifestar-se poderá acarretar modificação de competência e autoriza a interposição de recursos.

Está CORRETO o que consta apenas de:

a) I e II.

b) I e IV.

c) II e III.

d) III e IV.

32. No que diz respeito a atuação do Ministério Público no processo civil como fiscal da ordem jurídica, assinale a alternativa CORRETA:

a) Havendo interesse de incapazes, deverá opinar, quanto ao mérito da causa, sempre em favor da parte incapaz.

b) Poderá produzir provas, requerer as medidas processuais pertinentes e recorrer.

c) Terá vista dos autos antes das partes, sendo intimado de todos os atos do processo.

d) Será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias, intervir como fiscal da

ordem jurídica nos processos que envolvam litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana.

33. Sobre a Ação Civil Pública e as demandas coletivas em geral, assinale a alternativa que esteja em consonância com o entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça:

- a) Os efeitos e a eficácia da sentença no processo coletivo não estão circunscritos a lindes geográficos, mas aos limites objetivos e subjetivos do que foi decidido.
- b) Por critério de simetria, não é cabível a condenação da parte vencida ao pagamento de honorários advocatícios em favor do Ministério Público nos autos de ação civil pública, ainda que comprovada má-fé.
- c) É possível se exigir do Ministério Público o adiantamento de honorários periciais em ações civis públicas, relativamente às perícias requeridas pelo Parquet, que objetivam comprovar suas alegações.
- d) A ilegitimidade ativa ou a irregularidade da representação processual implica a extinção do processo coletivo sem julgamento de mérito.

34. No que concerne ao direito

probatório no Código de Processo Civil, é CORRETO afirmar:

- a) Prescinde de fundamentação, a decisão do juiz que indeferir diligências inúteis ou meramente protelatórias.
- b) A inspeção judicial é o meio de prova que visa possibilitar o contato direto do magistrado com pessoa, coisa ou lugar a fim de esclarecer sobre fato que interesse à decisão da causa e pode ocorrer em qualquer fase do processo de ofício ou a requerimento da parte.
- c) O poder instrutório do Juiz é amplo, cabendo-lhe determinar de ofício as provas necessárias à instrução do processo.
- d) A confissão judicial faz prova contra o confitente e os litisconsortes.

35. Acerca do sistema recursal previstos no CPC/2015, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Os embargos de declaração serão opostos em petição dirigida ao juiz no prazo de 5 (cinco) dias, não tem efeito suspensivo, mas suspende o prazo para a interposição de outro recurso.
- b) É cabível a interposição de recurso ordinário ao Superior Tribunal de Justiça no julgamento de mérito de mandado de segurança da competência originária do Tribunal de Justiça,

- quando a ordem for denegatória.
- c) cabe agravo de instrumento da decisão que julgar o incidente de desconsideração da personalidade jurídica.
- d) Os embargos de declaração opostos pelo recorrente não suspendem o prazo para interposição de outro recurso.

DIREITO CIVIL

36. Considerando as disposições legais acerca dos contratos, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A oferta ao público, de forma geral, não se caracteriza como proposta de contrato, posto ser necessário que a proposta seja direcionada a pessoa individualizada com capacidade para aceitação.
- b) O vício redibitório, caracterizado por ser um defeito perceptível de imediato, não estará sujeito a indenização caso o comprador não comunique o vício ao vendedor no prazo de 30 (trinta) dias, quando se tratar de coisa móvel, contado da entrega efetiva do bem adquirido.
- c) As partes podem, por cláusula expressa, reforçar, diminuir ou excluir a responsabilidade pela evicção. Mas, uma vez ocorrida, o evicto terá direito

à restituição do preço pago se não soube do risco ou, mesmo informado, não o assumiu.

- d) De acordo com a Teoria da Imprevisão, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa em razão de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, seu reconhecimento judicial implicará a necessária resolução do contrato.

37. Acerca da prescrição e decadência no Código Civil, assinale a afirmativa CORRETA:

- a) O juiz pode reconhecer de ofício a ocorrência da decadência prevista na lei ou no contrato. Porém, uma vez ocorrida, podem as partes renunciar à decadência legal ou convencional.
- b) Considerando o princípio da liberdade contratual, as partes podem convencionar a alteração de um prazo prescricional, a fim de adaptar o negócio jurídico às condições pessoais dos contratantes.
- c) Os prazos prescricionais não correm contra os relativamente incapazes, não se iniciando até a obtenção da plena capacidade.
- d) A interrupção da prescrição poderá ocorrer por despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação,

se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual.

38. Considerando as disposições legais acerca de posse e propriedade, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Para ser considerado possuidor é necessário o exercício, de fato, de todos os poderes inerentes à propriedade.
- b) Para ser considerada justa, é necessário que a posse exercida não seja violenta, clandestina ou precária, sendo possível que uma posse injusta seja reconhecida de boa-fé, quando o possuidor ignorar o vício que acomete sua posse.
- c) O caráter absoluto do direito de propriedade permite que o proprietário, dentro de seus domínios, utilize-a com liberdade para dar-lhe a destinação que melhor se adequar aos seus interesses, sem qualquer limitação de ordem pública.
- d) O possuidor turbado ou esbulhado pode requerer em juízo a manutenção ou restituição da posse, salvo se o responsável pela turbção ou esbulho for o proprietário do bem.

39. Acerca da responsabilidade civil, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Aquele que provoca um dano agindo em estado de necessidade, portanto,

acobertado por uma causa excludente de ilicitude, não possui obrigação de indenizar, posto que a responsabilidade civil pressupõe a necessária prática de ato ilícito por parte de quem alegadamente exerce um direito.

- b) Se alguém transitando pela calçada é ferido por objeto derrubado culposamente por morador de determinado apartamento, a responsabilidade civil do morador do imóvel é objetiva.
- c) O incapaz responde direta e pessoalmente pelos danos que causar sempre que tiver patrimônio suficiente para indenizar a vítima.
- d) A obrigação de indenizar daquele que explora atividade de risco, regularmente autorizada pelo Poder Público, pressupõe a comprovação, pela vítima, da existência de culpa por parte do agente que causou o dano.

40. Considerando as disposições contidas na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro - LINDB e no Código Civil, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O uso sem autorização do nome ou imagem de alguém, para fins comerciais, gera direito à reparação por dano moral caso se comprove o prejuízo oriundo da publicação

indevida.

- b) Atualmente, a lei considera como absolutamente incapazes para exercer pessoalmente os atos da vida civil apenas os menores de 16 (dezesesseis) anos.
- c) Se uma pessoa com 17 (dezesete) anos completos, regularmente emancipada por meio de escritura pública, pratica ato ilícito, seus pais poderão ser responsabilizados civilmente pelo ato de seu filho.
- d) De acordo com a LINDB, as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família são determinadas pela lei do país em que domiciliada a pessoa.

